

**ANAIS DO II COLÓQUIO DO LAHES:
MICRO HISTÓRIA E OS CAMINHOS DA
HISTÓRIA SOCIAL**

Comissão Organizadora:

Prof^a Dr^a Carla Maria Carvalho de Almeida (UFJF)

Prof^o Dr Cássio Fernandes (UFJF)

Prof^a Dr^a Mônica Ribeiro de Oliveira (UFJF)

Prof^a Dr^a Sônia Maria de Souza (UFJF)

Promoção:

Laboratório de História Econômica e Social

Programa de Pós-graduação em História da UFJF

Apoio:

Pró-Reitoria de Pesquisa

Instituto de Ciências Humanas

FAPEMIG

CAPES

Editoração:

Bianca Portes de Castro

Ficha Catalográfica:

II Colóquio do Laboratório de História Econômica e Social (2008: Juiz de Fora, MG). Micro História e os caminhos da História Social: Anais / II Colóquio do LAHES; Carla Maria Carvalho de Almeida, Mônica Ribeiro de Oliveira, Sônia Maria de Souza, Cássio Fernandes, organizadores. Juiz de Fora: Clio Edições, 2008, <http://www.lahes.ufjf.br>.

ISBN: 978-85-88532-29-8

1. História 2. História Econômica e Social. I. Carla Maria Carvalho de Almeida. II. Mônica Ribeiro de Oliveira. III. Sônia Maria de Souza. IV. Cássio Fernandes.

FORTUNA E ESCRAVIDÃO NAS MINAS GERAIS: A FREGUESIA DE GUARAPIRANGA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

Carolina Zamperlini Santos *

Introdução:

O trabalho que aqui se apresenta, tem como recorte espaço-temporal a freguesia de Guarapiranga nos primeiros cinquenta anos do século XIX. Nosso foco central de análise são as condições socioeconômicas da elite escravista da sobredita região. Pretendemos, pois, através dos inventários *post-mortem* e das Listas Nominativas, compreender as atividades econômicas e a experiência escrava desta região, atentando para os padrões demográficos do plantel escravo de sua elite agrária.

Para que possamos entender a relevância desta pesquisa, é necessário que façamos uma breve discussão acerca da historiografia sobre Minas Gerais. Assim poderemos visualizar em que momento da historiografia brasileira nosso trabalho se enquadra, além de perceber como poderá contribuir para descortinar momentos do passado mineiro que fora até então relativamente negligenciado pela historiografia.

As visões mais clássicas da Historiografia entenderam a economia brasileira a partir de macro modelos explicativos que se pautavam numa perspectiva externalista. Ou seja, a economia do Brasil revelar-se-ia subordinada ao capital mercantil e, dessa maneira, as propriedades que aqui se apresentavam se caracterizariam como sendo grandes propriedades monocultoras e escravistas. Nessa medida, estes fatores seriam responsáveis pela formação de um mercado interno debilitado¹.

Essa interpretação cooperou para a construção de teorias através das quais se sustentava a idéia de decadência mineira após o ciclo minerador do século XVIII. Esse panorama historiográfico solapou diversos fatores sobre a economia mineira do século XIX, que a partir de pesquisas produzidas nos anos 80 puderam ser reveladas.

* Graduando na Universidade Federal de Viçosa. E-mail: czamperlini@yahoo.cpm.br

¹ Os principais portadores dessa visão foram: FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 23ª. Ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1989; e PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 20ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

Estudos como o de Roberto Martins², deram suportes para a contestação da consolidada idéia de decadência mineira. Os pesquisadores atentaram para a necessidade de se estudar as características dos plantéis escravistas mineiros e, dessa forma, contribuíram para colocar em questão os pressupostos centrais da teoria da decadência. Perceberam, assim, que Minas Gerais possuía, no século XIX, o maior contingente escravo do Império, e que era um importador líquido de escravos.

A utilização de fontes primárias, por exemplo, as fontes seriais e diferentes metodologias de pesquisa, como a demografia histórica, contribuíram para a construção desse renovado quadro teórico-conceitual. Estudos como os de Alcir Lenharo³ e Robert Slenes⁴, apontaram para o fato de que o dinamismo econômico mineiro esteve vinculado ao mercado interno.

Houve, pois, a partir dessas novas perspectivas uma profusão de estudos acerca da economia e sociedade mineiras do século XIX, primordialmente sobre a segunda metade, os quais analisaram o revigoramento econômico promovido pela expansão do cultivo do café e, para certas regiões, a ascensão da indústria têxtil. Viu-se crescer a tendência, não só para a região mineira como para o Brasil, de estudos regionalizados, os quais pretendem entender as especificidades de cada região. É dentro deste novo contexto historiográfico que inserimos e revelamos a importância de nossa pesquisa.

Se por um lado o nosso estudo se coloca frente aos novos debates historiográficos, ou seja, se se preocupa em entender aspectos da economia e sociedade mineiras a partir de seus movimentos internos, por outro lado, vamos ajudar a suprir o déficit historiográfico sobre Minas Gerais na primeira metade do século XIX. Além disso, tiraremos da escuridão este importante centro minerador e de expansão agrária que fora Guarapiranga desde o início do século XVIII.

Devemos ressaltar que este trabalho representa os esforços de uma pesquisa que se encontra, ainda, em estágios iniciais, e, por conseguinte, vislumbra apenas fazer alguns apontamentos acerca do tema estudado. A amostra documental que recolhemos não nos permite inferir com muita solidez, todavia possibilitou a construção de análises bastantes

² MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1980. e MARTINS, Roberto Borges. . Minas Gerais no século XIX: tráfico e apego à escravidão em uma economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, 13(1), 1983

³ LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979

⁴ SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos do IFCH/Unicamp*, Campinas, 17, 1985.

profícuas acerca das atividades produtivas exercidas nas fazendas da elite escravista da região e sobre seu plantel escravo.

Propriedade Territorial, atividade produtiva e bens de produção:

Neste capítulo discorreremos sobre algumas características econômicas da elite de Guarapiranga. Pautamo-nos, primordialmente, nos dados retirados da amostra de inventários que possuímos até o presente momento. As conclusões, aqui, apresentadas alicerçam-se em um conjunto composto por 17 inventários¹ e na Lista Nominativa de 1831-32. Através destes documentos, elaboramos um quadro que nos possibilita conjecturar acerca de alguns aspectos da propriedade territorial e produtiva destes sujeitos. A posse de terras, casas e bens de produção em geral, contribuem não apenas para a recuperação da vida material e econômica dos indivíduos, faz-nos, também, entrever a significação social da posse desses bens.

**Quadro 1: Caracterização da propriedade territorial e produtiva de alguns
Membros da elite de Guarapiranga**

	Propriedades urbanas	Propriedades rurais					
		Fazendas					
		Nº de prop./ faz.	Moradas	Culturas e Mantimentos	Lavras	Benfeitorias e armazenagem	Animais
Feliciano Isabel Maria de Oliveira (1782)	1 morada de casas de sobrado cobertas de telha com quintal	3/2	1 casa coberta de telha e capim; Casas de vivenda cobertas de telha; senzala coberta de capim	2 roças; 1 lavoura de cana madura	-	Engenho real de cana e de pilões; moinho coberto de telha; 1 tenda de ferreiro; 1 alambique de cobre	5 cavalos; 3 bestas muars; 12 bois; 9 bezerros; 50 porcos
Antonio Gomes Sande (1807)	1 morada de casas de sobrado com quintal; 1 morada de casas de sobrado, com terras na frente e quintal	3/1 (2 sesmarias)	Casas de vivenda; senzalas.	40 alqueires de terras de agricultura com água mineral; terras de planta; 1 canavial de 3 alqueires de terra de planta / 1000 alqueires de milho no paiol.	Lavras do morra (em funcionamento)	1 forno de cobre de 1 arroba; 1 alambique de cobre de 6 arrobas; 1 tenda de ferreiro com seus pertences; engenho de pilões; engenho de cana; dois moinhos; paiol; casas de parol.	16 bois; 1 touro; 18 cabeças de gado; 24 ovelhas; 46 porcos; 23 mulas; 1 cavalo.
Diogo Carvalho de Moraes (1813)		1/1	Casas de vivenda de sobrado; senzalas	1 canavial plantado; 120 alqueires de milho no paiol;		Paiol; moinho; engenho de cana; outros preparos.	17 ovelhas; 12 porcos;

				8 alqueires de feijão em casca; 8 alqueires de arroz em casca			
Lino Coelho Duarte (1830)	½ do valor de 1 casa de sobrado em Santo Antonio do Calambão	2/1 – Sítio ao lado da fazenda, comprado a Emeria Tivianna	Casas de vivenda de sobrado coberta de telha; senzalas cobertas de telha	1 canavial com ¾ de planta de milho muito novas; 1 roça de milho com 6 alqueires; pomar de café; horta e terreiro		1 ferramenta de ferrar com seus pertences; 1 moinho fora da sociedade; paiol de sobrado coberto de telha; 1 engenho de água e de bois.	11 bestas; 2 cavalos; 12 bois; 2 vacas e 2 novilhas; ½ de um tenda de ferreiro; 50 porcos de terreiro; 9 cabeças de [porcos?]

Fonte: Arquivo Casa Setecentista de Mariana. Inventários *post-mortem* da freguesia de Guarapiranga.

O quadro acima está dividido primeiramente por dois tipos de propriedades: as urbanas e as rurais. As propriedades rurais, por sua vez, são denominadas “fazendas” e subdivididas em seis categorias, a saber: número de propriedades, no qual consta a quantidade de propriedades e quantas delas são fazendas; moradas, em que arrolamos as casas e senzalas; culturas e mantimentos, todo tipo de produção agrícola; lavras; benfeitorias e armazenagem; e, por fim, animais. Este quadro fora construído originariamente a partir de dezessete inventários, e, portanto, pela mesma quantidade de indivíduos. Entretanto, por motivos metodológicos, tivemos que eleger apenas alguns destes indivíduos para fazer parte da tabela aqui exposta.⁵

Claudia Eliane Martinez, em seu estudo sobre a vida material da população de Bonfim do Paraopeba no século XIX⁶, discorreu sobre os significados sociais e econômicos da propriedade. A autora definiu três tipologias através das quais é possível caracterizar os tipos de bens de raiz que compõem um patrimônio, são eles: os urbanos, os rurais e os mistos. A tabela acima mostra-nos que Feliciano Isabel Maria de Oliveira⁷, Antonio Gomes Sande⁸ e Lino Coelho Duarte⁹ possuíam patrimônios que congregavam tanto bens no perímetro urbano quanto no rural. Estes proprietários, em conformidade com o pensamento da autora, eram possuidores de um patrimônio misto.

Antonio Gomes Sande, em época de sua morte, possuía duas casas urbanas assobradadas, cobertas de telhas e com quintal, a primeira “cita no Largo do arraial de Guarapiranga”, e a segunda a no “dito arraial na Rua de baixo”. Estes dados não sugerem a rusticidade das casas do período colonial, principalmente do século XVIII, uma vez que possuir casas cobertas de telhas e não de palha¹⁰, pode ser privilégio para poucos. Apesar de a posse de casas urbanas pelos fazendeiros ser uma forma de distinção social, percebemos, através da análise dos inventários, que estas não possuíam valores tão elevados. Talvez tal fato possa ser explicado pela sua não ligação com atividades produtivas.

A análise dos inventários revelou que eram comuns as casas de “vivenda” das fazendas serem cobertas de telhas. Não fora inventariada sequer uma casa de morada cuja

⁵ A composição original do quadro tornou-a muito extenso. Temos dispostos apenas quatro proprietários, o que não infere a não utilização dos inventários restantes.

⁶ MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. *Riqueza e escravidão: vida material e população no século XIX – Bonfim do Paraopeba/MG*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007. p.91.

⁷ Arquivo Casa Setecentista de Mariana. Inventário *post-mortem* de Feliciano Isabel Maria de Oliveira, caixa 74, auto 1569, 1º ofício

⁸ Arquivo Casa Setecentista de Mariana. Inventário *post-mortem* de Antonio Gomes Sande, caixa 45, auto 645, 1º ofício.

⁹ Arquivo Casa Setecentista de Mariana. Inventário *post-mortem* de Lino Coelho Duarte

¹⁰ Este foi o caso do cônego Jacinto Ferreira, que além de uma propriedade rural possuía um sobrado coberto de palhas.

cobertura fosse de palha. Fato relevante, também, foi a existência de senzalas cobertas de telhas. Quando havia a descrição sobre a cobertura, somente a senzala da proprietária Feliciano Isabel Maria de Oliveira não fora coberta por telhas, mas sim por capim. Sheila de Castro Faria aferiu que para a região de Campos, durante o século XIX, grande centro açucareiro, as senzalas eram geralmente cobertas por sapê¹¹.

Estudos desde o final da década de 1970¹² têm revelado que as Minas possuíam um quadro econômico diversificado. As propriedades mineiras, desde meados dos setecentos, eram produtoras tanto de gêneros alimentícios, ligados à agricultura e à agropecuária (este últimos com presença também de animais de tropa), quanto de extração mineral. Ao que tudo indica, Guarapiranga, ao menos para os primeiros anos do XIX, manteve tais características. Através da tabela acima podemos ver que existem propriedades nas quais encontramos, simultaneamente, a agricultura de diversos gêneros alimentícios; a agropecuária, principalmente a de porcos e bois; bem como atividades de extração mineral.

Este é o caso do já mencionado Capitão-mor Antonio Gomes Sande. Antonio Gomes Sande faleceu em 1807, deixando três propriedades rurais, dentre as quais, destaca-se a fazenda Pirapetinga, composta por duas sesmarias. Nesta fazenda, o capitão-mor possuía 40 alqueires de terras de agricultura, terras de planta, um canavial, e criação de gado, bois, porcos.

A análise da tabela revela que produção de gêneros de agricultura, dentro das fazendas, fora bastante diversificada. Os tipos mais comumente encontrados nos inventários são o milho e a cana, seguidos do feijão, arroz e café.

Entre todos os inventários que compõem a tabela, nos quais consta o plantio de alimentos, somente em três não vemos a presença de milho. Podemos inferir que tamanha difusão da cultura do milho, em Guarapiranga, ao menos do final do XVIII até meados do XIX, deve-se, primordialmente, ao fato de ser este alimento parte da dieta básica da população. Afora isso era muito utilizado no trato de animais, como os porcos. São arrolados tanto plantações de milho, quanto milhos armazenados em paióis. Por sua vez, as arrobas de milho no paiol podem tanto ser indicativas de que tenham sido produzidas na fazenda, quanto

¹¹ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento – fortuna e família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.p.358.

¹² Estudos como de: Alcir Lenharo, *As tropas de Moderação*, Douglas Cole Libby, *A transformação do trabalho em uma economia escravista*, Robert Slenes, *Os Múltiplos de porcos e diamantes*, entre outros.

compradas para o consumo. Para o esclarecimento de tal argumento, vejamos o caso de Antonio Dias dos Anjos¹³ e seu filho Manoel Dias dos Anjos¹⁴.

Antonio Dias dos Anjos falecera em finais do século XVIII, precisamente em 1787. Em tempos de sua morte era proprietário de dois sítios. Fora inventariado 1000 alqueires de milho no paiol, o único gênero alimentício presente entre seus bens. Vejamos o que o inventário informa sobre a avaliação deste bem:

*Mil alqueires de Milho no Payol foi visto e avaliado pellos ditos Louvados quinhentos alqueires para o gasto da casa e avaliarão os outros quinhentos alqueires cada hum a cento e oitenta e sette reis e meyo e todos na quantia de – 93.750 reis.*¹⁵

Algumas hipóteses podem ser levantadas a partir do que está acima descrito. Provavelmente, o milho inventariado fora plantado nestes dois sítios, e quando o inventariado falecera já haviam sido colhido e armazenado. Vemos que se trata de uma quantidade bastante significativa – 1000 alqueires – a qual é dividida pelos avaliadores em duas partes de 500 alqueires. Fica claro no inventário que uma das partes destina-se ao suprimento das necessidades internas do sítio, como por exemplo, alimentar sua família, escravos e animais. Vemos, também, que os alqueires destinados ao consumo interno não são agregados valores. Em contrapartida, a segunda parte é avaliada em 187 reis e meio cada alqueire. Tal fato é indicativo de que este milho era produzido tanto para o consumo interno, quanto para fins comerciais. Fato que reforça o argumento da comercialização deste gênero é que geralmente, eram atribuídos preços aos bens que certamente possuíam algum tipo de valor comercial, além disso, entre os bens de Antonio Dias dos Anjos são arrolados bois de tropa e carros, que eram largamente utilizados para o transporte de gêneros mercantis¹⁶.

Já seu filho, Manoel Dias dos Anjos, falecera em 1827, deixando poucos bens. Apesar de não serem arroladas terras, são arrolados 160 alqueires de milho. Com certeza, este milho fora comprado por ele para o provimento de suas necessidades internas. A ilustração destes dois casos revela-nos que o milho armazenado poderia tanto ter sido plantado por aqueles que o possuía, quanto comprado. Além disso, fica claro que o milho era utilizado tanto para consumo interno, quanto para comercialização.

¹³ Arquivo Casa Setecentista de Mariana. Inventário *post-mortem* Antonio Dias dos Anjos. Caixa 13, auto 427, 1º ofício.

¹⁴ Arquivo Casa Setecentista de Mariana. Inventário *post-mortem* Manuel Dias dos Anjos. Caixa 17, auto 486, 2º ofício.

¹⁵ Arquivo Casa Setecentista de Mariana. Inventário *post-mortem* Antonio Dias dos Anjos. Caixa 13, auto 427, 1º ofício, p.19.

¹⁶ Em grande parte dos inventários temos a presença concomitante de produção de algum gênero alimentício e de animais de transporte, como bois de tropa e bestas.

A cultura de cana fora também muito disseminada. Dos 13 inventários em que são arrolados algum tipo de cultura, em 12 aparece referência à cana. Além de seu plantio, fica visível que estas fazendas eram também responsáveis por seu beneficiamento. Todos os inventariados que possuíam cana também tinham engenhos. Entretanto, nem todos os inventários especificam se o engenho era utilizado para o beneficiamento da cana. Vejamos o caso de Francisco Dias dos Anjos¹⁷. Em seu inventário fora arrolado um “engenho de bois coberto de telhas” que, provavelmente, era utilizado para o trato da cana, uma vez que está arrolado entre os bens de cultura um canavial. Além dos engenhos, foi comum encontrar nos inventários forno de torrar açúcar, tachos e alambiques, bens de produção também direcionados ao beneficiamento da cana.

Em sua maioria, estas fazendas eram providas de benfeitorias bem aparelhadas, nas quais seus proprietários atuavam em todo o processo de beneficiamento da cana. O caso de Francisca Clara Umbelina de Jesus¹⁸, falecida em 1833, viúva do Capitão-mor Antonio Gomes Sande, elucida bem este fato. Possuía um monte-menor no valor de 31:091.530 reis: entre seus bens, são arrolados alguns animais de carga, cinquenta escravos e um “Engenho de Água corrente e moente com todos os seus pertences a saber formas de fazer asucar, com seis paróis de caxaça, e vinagre, e hum dito de Bois e outro dito de Mandioca com sua prença tudo coberto de telhão”¹⁹. Os vários canaviais que estão descritos em seu inventário eram, certamente, destinados à produção do açúcar, bem como a feitura de água ardente. É bem provável que proprietários como Francisca Clara Umbelina de Jesus, cultivassem e beneficiassem a cana para atender às demandas mercantis. O comércio dos produtos derivados da cana dava-se, certamente, por meio das tropas, porquanto que todos os produtores e donos de benfeitorias possuíam animais preparados para o comboio.

A criação de animais também se mostrou muito intensa: em apenas dois inventários não foi arrolado nenhum animal. Encontramos animais de carga, tração e consumo. São descritos bois de carga, de carro, de comboio, bestas, mulas, machos muitas vezes aparecem como arreadas, vacas, com suas crias, novilhos, bezerros, garrotes, ovelhas e porcos.

No que tange às atividades mineradoras, verificamos que dos 17 indivíduos inventariados somente quatro possuíam bens vinculados à extração mineral. Exceto quanto ao inventário de Francisca Clara Umbelina de Jesus, todos os inventários que indicam a

¹⁷ Arquivo Casa Setecentista de Mariana. Inventário *post-mortem* Francisco Dias dos Anjos. Caixa 59, auto 1337, 2º ofício.

¹⁸ Arquivo Casa Setecentista de Mariana. Inventário *post-mortem* Francisca Clara Umbelina de Jesus. Caixa 151, auto 3174, 1º ofício.

¹⁹ 1º ofício, p.15.

existência de atividades extrativas estão localizados temporalmente ou na primeira década do século XIX ou no final do século XVIII. Este fato pode ser revelador de transformações no perfil econômico da região. Talvez, a mineração, que outrora fora tão importante para Guarapiranga, encontrava-se nos primeiros cinquenta anos enfraquecida.

Merece destaque, aqui, a presença da tecelagem e das tendas de ferreiro nos inventários. Dos 17 documentos dispostos na tabela, seis possuíam alguma ligação com a tecelagem. São arrolados, urdideiras, teares aparelhados e rodas de fiar. A atividade tecelã aparece, nestas grandes propriedades, sempre consorciadas com outras atividades, como a produção canavieira. Bem como os instrumentos de fiação, as tendas de ferreiro aparecem seis vezes, também associadas a outras atividades. O fato de ocorrerem mais comumente nas grandes unidades produtivas²⁰, em que a quantidade de escravos fora bastante significativa, pode ser indício de uma produção de panos e instrumentos de trabalho para suprir as necessidades do interior das fazendas. Porventura fosse uma tecelagem de panos rústico, destinados à confecção das vestimentas de seus escravos, e, por sua vez, as tendas de ferreiro quiçá visassem à produção das ferramentas necessárias à agricultura e aparelhamento dos cavalos.

As atividades desempenhadas nas fazendas mostraram-se diversificadas e por muitas vezes consorciadas. Vimos desde atividades agrícolas, pecuárias e minerais até a produção de panos e ferramentas. Observamos, também, um grande contingente de animais de tropa, o que veio corroborar a tese de fortes atividades comerciais, principalmente, as ligadas à indústria canavieira.

Assim como a diversificação de atividade produtiva em Guarapiranga, as ocupações desempenhadas pelos escravos foram também variadas. Maria Lucia Resende Chaves Teixeira²¹, em seu estudo sobre a família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes no final do XVIII e início do XIX, observou que “qualquer trabalho era feito pelo cativo”²², suas ocupações iam “desde o exercício de mucama ao lugar de aprendiz de sapateiro”.²³ Encontramos nos inventários e nas listas nominativas, escravos cabeleireiros, ferreiros,

²⁰ Entre os 17 inventários a atividade de tecelagem somente apareceu entre os grandes proprietários. Entretanto uma análise preliminar das Listas nominativas mostrou a presença muito maciça de *fogos* chefiados por pardas, nos quais desenvolvia-se atividade estritamente voltada a tecelagem. Nestes *fogos* trabalhavam tanto agregados quanto escravos. Muitas vezes as escravas eram descritas como tecelãs, costureiras e fiandeiras. Isso vem confirmar a força das atividades proto-industriais na freguesia de Guarapiranga, enquadrando-se no que diversos autores já haviam observado na zona da mata mineira, como Douglas Cole Libby.

²¹ TEIXEIRA, Maria Lucia Rezende Chaves. *Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes: o Distrito da Lage e o Quarteirão do Mosquito*. São Paulo: Annablume; Coronel Xavier Chaves: Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves, 2006.

²² *Ibid*, p.19.

²³ *Ibid*, p.20.

tropeiros, carreiros, fumeiros, costureiros (as), fiandeiras, tecelões(a), cozinheiras, entre outras ocupações.

Padrões demográficos da escravidão dos médios e grandes plantéis:

Ao analisar a escravidão em Minas Gerais, principalmente na primeira metade do século XIX, é preciso levar em consideração diversos aspectos levantados pela historiografia acerca da economia escravista. Estudos mais tradicionais sobre a escravidão ressaltaram como característica fundamental e uniforme da economia escrava, a produção voltada para o *plantation*,²⁴ ou seja, grandes propriedades monocultoras direcionadas ao abastecimento do mercado externo. Apesar desta visão, os estudos mais recentes revelaram que se deveria analisar a escravidão no Brasil, não a partir de modelos preestabelecidos, mas sim atentando para as especificidades da organização econômica de cada região para assim revelar a enorme diversidade da experiência escrava no Brasil.

É preciso notar que o século XIX mineiro fora tratado pelos historiadores como um grande vazio econômico. E foram, justamente, os estudos mais recentes sobre a escravidão em Minas Gerais que contribuíram para reverter esta situação. Revelaram, através de uma consistente base empírica, que a Província Mineira possuía para o ano de 1819 e 1872, respectivamente 15,2 % e 24,5% da população cativa brasileira. Estes resultados indicaram que a economia mineira não fora vítima de uma estagnação econômica como se pensava, pelo contrário, era dinâmica. Demonstraram que seu dinamismo econômico estivera estreitamente relacionado à atividade mercantil interna. E é em consonância com essa nova perspectiva que analisamos a economia escravista da microrregião de Guarapiranga nos primeiros cinquenta anos do XIX.

Ao nos depararmos com uma região cuja atividade mercantil não é voltada para o comércio internacional, adotamos parâmetros analíticos que sejam condizentes com as características da região. Definimos como médios e grandes proprietários de escravos aqueles cujo plantel fosse igual ou superior a 10 cativos. Estabelecemos que médios, seriam os plantéis com a 10 a 25 escravos e os grandes, aqueles que possuísem 26 ou mais cativos. Vale lembrar que esta definição é pertinente para áreas na qual a economia é caracterizada

²⁴ Um importante representante é Jacob Gorender.

como de subsistência e destinada ao mercado interno, ao passo que não caberia às áreas em que a atividade econômica estivesse voltada ao mercado externo.²⁵

Os dados apresentados pela Lista Nominativa de 1831-32 revelaram que a mão de obra escrava em Guarapiranga fora o suporte de sua produção, ao menos no que tange a sua elite. Identificamos 88 proprietários, entre médios e grandes, dispersos em toda a Freguesia, qual seja, composta pelo Arraial de Guarapiranga e sete de seus treze distritos²⁶. Foi somado um total de 1762 escravos, perfazendo uma média de cerca de 20 escravos por *fogo*. Tal media configura-se como bastante significativa para uma região cuja atividade produtiva e mercantil vincula-se diretamente à economia de subsistência e de abastecimento de mercado interno. Entretanto, quando falamos em “médias”, é preciso levar em consideração que as mesmas não são capazes, por muitas vezes, de expressar a realidade da área estudada, caindo naquilo que é conhecido como o “mal das médias”. Destarte, seria também relevante, neste momento, para chegarmos mais próximos da realidade desta elite, atentarmos para as médias de escravos por proprietários, distribuídas entre aqueles que definimos como médios e grandes.

Tabela 1: Distribuição dos escravos da elite de Guarapiranga entre os médios e grandes proprietários de escravos.

	Total de Fogos com 10-25 escravos	Quantidade de escravos	Total de Fogos Com 25 ou + escravos	Quantidade de escravos
Freguesia de Guarapiranga	72	1083	16	679

Fonte: Lista nominativa de Guarapiranga, 1831.

Através do exame da tabela 1 podemos observar que a maior parte dos escravos da elite da mencionada freguesia esteve concentrada nas médias propriedades. Pouco mais de 60 % dos escravos fizeram parte dos plantéis compostos por 10 a 25 cativos, enquanto 38,53 % eram daqueles cuja quantidade de escravos fora superior a 25. Todavia, existia uma quantidade bem mais significativa de médios plantéis do que de grandes: eram 72 contra apenas 16 *fogos* com mais de 25 escravos. Tal fato faz com que média de escravos por proprietário do primeiro grupo seja de 15, enquanto para o segundo verificar-se-á uma média de 42 escravos.

²⁵ Em áreas de monocultura açucareira como Campos dos Goitacases (RJ) e Salvador (BA), os plantéis escravos eram muito superior àqueles das regiões de atividade mercantil voltada ao abastecimento interno e/ou economia à de subsistência.

²⁶ Os distritos são: Tapera, Calambao, Senhora de Oliveira, Desterro do Melo, Manja Léguas, Bacalhau e Pinheiro.

A presença de escravos africanos é sempre um forte indício de dinamismo econômico, uma vez que só é possível arrematá-los no tráfico de cativos quando a economia da região é capaz de gerar divisas para que o mesmo ocorra. Clotilde Paiva e Douglas Libby, ao analisarem a lista nominativa de 1831-32, revelaram que houve nas Minas uma presença significativa de escravos africanos. Segundo os autores, tal fato não é surpreendente, pois “a década anterior testemunhou os maiores desembarques na história do tráfico negreiro para o centro-sul do Brasil...”²⁷. Os autores seguem o argumento atentando para que

*Embora pouco se saiba sobre a distribuição de escravos após o desembarque no Rio e os portos circunvizinhos, não há dúvida de que Minas constituía um dos mais importantes mercados para os recém-chegados africanos.*²⁸

No entanto, Paiva e Libby ressaltam que os escravos não eram distribuídos de forma regular entre as regiões mineiras; existiam áreas cujos africanos eram 25% da população ao passo que em outras chegava a atingir 55%. É, pois, de grande relevância para o nosso estudo verificar quais foram as taxas de africanidade para a Freguesia de Guarapiranga, desta forma poderemos fazer mais alguns apontamentos acerca da dinamicidade da economia da região, além de contribuir para uma melhor compreensão das diversas realidades da experiência escrava nas Minas.

²⁷ PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas Cole. *Caminhos Alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no Século XIX*. Estudos Econômicos; São Paulo, v.25, n. 2, p. 217.

²⁸ *Ibid.*

Tabela 2: Relação da escravaria dos proprietários de 10 ou mais escravos segundo as tipologias utilizadas pela Lista Nominativa

	Crioulo		Pardo		Preto		Cabra		Africano		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Arraial de Guarapiranga	165	45,5	32	8,8	-	-	7	1,9	158	43,6	362	100
Tapera	266	53,3	64	17,65	-	-	1	0,2	168	33,65	499	100
Calambao	172	45	72	18,8	138	36,1	-	-	-	-	382*	100
Senhora de Oliveira	104	47,7	39	17,9	-	-	-	-	75	34,4	218	100
Desterro do Melo	100	56,5	11	6,2	66	37,3	-	-	-	-	177	100
Manja-Léguas	25	55,5	10	22,2	2	4,4	-	-	8	17,7	45	100
Bacalhau	18	40,1	2	4,5	24	54,5	-	-	-	-	44	100
Pinheiro	18	53	4	9,1	-	-	-	-	12	35,3	34	100

Fonte: Lista nominativa de Guarapiranga, 1831.

*Para um escravo do Distrito de Calambao não foi informado a sua origem, não sabemos se é brasileiro ou africano, por esse motivo foi preciso suprimi-lo da tabela. Portanto, não trabalhamos com o total de escravos, que são 1762, mas sim com 1761.

A tabela dois traz algumas características demográficas sobre a nacionalidade dos escravos da elite escravista de Guarapiranga, distribuídos entre as diversas tipologias utilizadas pela Lista nominativa para defini-los segundo a sua origem e ou descendência. Façamos em primeiro lugar, antes de discutirmos o contingente africano na população²⁹, uma breve assertiva sobre as diversas tipologias presentes na tabela.

A tabela evidencia cinco qualificações ou tipologias para os escravos, quais sejam: crioulo, pardo, preto, cabra e africano; cujos sentidos não precisam estar diretamente relacionados à cor dos escravos, podem abarcar outros significados. Vemos que a maioria dos escravos, para todas as regiões da freguesia, está determinada como “crioulo”, termo utilizado para designar o escravo nascido no Brasil, segundo o dicionário de Moraes e Silva: crioulo é “o escravo, que nasce em casa do senhor”³⁰.

²⁹ É preciso ressaltar que estes dados não se referem a toda população escrava presente na Lista, mas apenas aqueles que eram de propriedade dos médios e grandes proprietários.

³⁰ Silva, Antonio de Moraes e. *Diccionario da lingua portuguesa*. Lisboa: Typografia Lacérdina, 1813, 2 vols. *Apud*.FARIA, Sheila de Castro, p. 161

No que tange ao termo pardo, Sheila de Castra Faria fala-nos que este pode tanto indicar que o escravo era mestiço, quanto se referir a filhos ou descendentes de crioulos.³¹ Por este motivo, não me sinto segura para fazer nenhuma afirmativa acerca da mestiçagem em Guarapiranga, uma vez que o termo “pardo” carrega em si um duplo sentido. O contingente de escravos determinado como “pardo”, mostra-se bastante destoante entre as regiões. Para os distritos de Tapera, Calambao, Senhora de Oliveira e Manja Léguas as porcentagens variam entre 17 e 22%, enquanto para o arraial de Guarapiranga, Desterro do Melo, Bacalhau e Pinheiro não ultrapassam os 10%.

Os dados presentes na tabela revelam que o aparecimento de escravos designados como “pretos” está diretamente relacionada a não ou quase não aparição de escravos africanos. Somente em quatro dos oito distritos é utilizado o termo “preto”, sendo que em três destes quatro - Desterro do Melo, Calambao e Bacalhau - não temos sequer um escravo denominado “africano”. Somente Manja Léguas fez uso concomitante das duas definições. Estes fatos corroboram o argumento de Sheila Faria que diz ser “preto”, “sinônimo principalmente de escravo e, mais comum ainda, de africano escravo...”.³² Não podemos fechar os olhos para tal evidência e por esta razão classificaremos - com a finalidade de verificar a taxa de africanidade na região - os escravos “pretos” também como africanos.³³

Para melhor visualizarmos a taxa de africanidade entre a população cativa condensamos a tabela 2 dois, dividindo-a em dois pólos: escravos brasileiros - no qual reunimos os crioulos, pardos e cabras - e os escravos africanos composto por aqueles que foram denominados como pretos e africanos. Para tanto, trataremos a freguesia como todo, e não separa em arraial e distritos.

Tabela 3: Distribuição dos escravos dos proprietários com dez ou mais cativos segundo seus países de origem

	Escravos brasileiros		Escravos africanos	
	Nº	%	Nº	%
Freguesia de Guarapiranga	1110	63	651	37

Fonte: Lista Nominativa de 1831-32

³¹FARIA, Sheila de Castro. Op.cit.p. 138.

³² *Ibid*, p.137.

³³ Pouco provavelmente algumas destas regiões não possuíam escravos africanos. É bastante possível que seja mesmos uma questão de terminologia adotada para designar o escravo de origem africana. Temos que considerar que a lista de cada distrito de Guarapiranga fora produzida por pessoas distintas, e que as terminologias utilizadas para as dadas classificações podem variar de acordo com a subjetividade daquele que produziu a lista.

A tabela 3 demonstra que 63% dos escravos tinham origem brasileira e 37% eram africanos. Este contingente africano evidencia o quão dinâmico fora a economia da região, que, mesmo após fim do ciclo minerador – cerca de 70 anos antes da produção da Lista – a economia mineira era capaz de gerar divisas para a compra de escravos africanos, apontando, desta maneira, para uma forte relação desta Freguesia, ou melhor, dos grandes e médios proprietários, com o tráfico atlântico. Tal hipótese pode ser levada em consideração, na medida em que já fora afirmado por outros historiadores que Minas Gerais fora um dos mais importantes destinos dos escravos africanos recém-chegados.

Vimos que participação dos escravos africanos nos médios e grandes plantéis fora bastante relevante. Tal fato se destaca ainda mais se tivermos em vista que Guarapiranga não fazia partes dos grandes centros exportadores localizados próximo aos portos, nos quais a taxa de africanidade variava entre 60 e 70%. Além disso, o tráfico africano foi responsável pela entrada de uma quantidade maior de homens do que de mulheres, de forma que, segundo Faria:

em todos os estudos feitos até agora, em unidades produtoras onde se comprovou a presença maciça de africanos, as razões homem/mulher foram expressivas, com algumas chegando a ter até três homens para cada mulher³⁴.

Em geral os senhores da elite de Guarapiranga se mostraram grandes importadores líquidos de escravos, o que provavelmente pode ter gerado, conforme o argumento da autora, uma desproporção entre os sexos. A tabela 4 indica a variação da proporção entre escravos do sexo masculino e feminino segundo o tamanho do plantel.³⁵

³⁴*Ibid.*p.295.

³⁵ Além desta tabela seria também interessante que fizéssemos uma na qual constasse a quantidade de homens e mulheres entre os escravos africanos. Entretanto devido a, principalmente questões relativas ao tempo disponível para a produção das mesmas, não foi possível fazê-la. Mas a tabela que ali está disposta da conta de salientar aspectos bastantes profícuos acerca da participação feminina e masculinas nos planteis, além de possibilitar a sua relação com o contingente africano.

Tabela 4: Proprietários de 10 ou mais escravos: Variação da proporção entre escravos do sexo masculino e do sexo feminino de acordo com o tamanho do plantel

	10-15 <i>escravos</i>		16-25 <i>escravos</i>		26-45 <i>escravos</i>		46 ou mais <i>escravos</i>		Total	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Arraial de Guarapiranga	36	21	105	65	95	40	-	-	236	126
Distrito de Tapera	60	38	60	33	91	53	129	35	340	159
Distrito de Calambao	68	63	94	56	73	29	-	-	235	148
Distrito de Desterro do Melo	43	34	26	10	38	26	-	-	107	70
Distrito de Senhora de Oliveira	49	39	44	16	-	-	39	31	132	86
Distrito de Bacalhau	15	7	16	6	-	-	-	-	31	13
Distrito de Manja-Léguas	15	10	11	9	-	-	-	-	26	19
Distrito de Pinheiro	24	10	-	-	-	-	-	-	24	10
Total	310	222	356	195	297	148	168	66	1131	631

Fonte: Lista nominativa, 1831-32

Na tabela acima, os dois grupos de proprietários por nós classificados como médios e grandes foram divididos em quatro subgrupos. Os dois primeiros – de 10 a 15 e 16 a 25 – representam os donos de médios planteis enquanto os dois últimos – de 26 a 45 e 46 ou mais – indicam os grandes proprietários.

Apesar de a tabela estar dividida entre as oito áreas da Freguesia, deter-me-ei no estudo mais geral desta tabela, uma vez que este foi capaz de gerar profícuas conclusões. Ao olharmos para os dados para toda freguesia é possível observar que a desproporção entre os sexos é diretamente proporcional ao aumento do tamanho dos plantéis. Para melhor visualizarmos tal fato, atentemos para estes dados em termos percentuais. Dos 551 escravos presentes na primeira faixa de proprietários, 58,3% são homens enquanto 41,7 % são

mulheres; para segunda encontramos 64,6% de homens e 35,4% de mulheres. Já para as duas últimas faixas, verificamos, respectivamente, 66,6% de homens e 33,3%, e 71,8% de homens e 28,2% de mulheres. Fica clara a ligação entre a desproporção dos sexos e o tamanho do plantel. Este fato pode ser indicativo de uma maior quantidade de africanos dentro dos grandes plantéis, posto que era costumeiro comprar mais escravos africanos homens do que mulheres. Segundo Faria

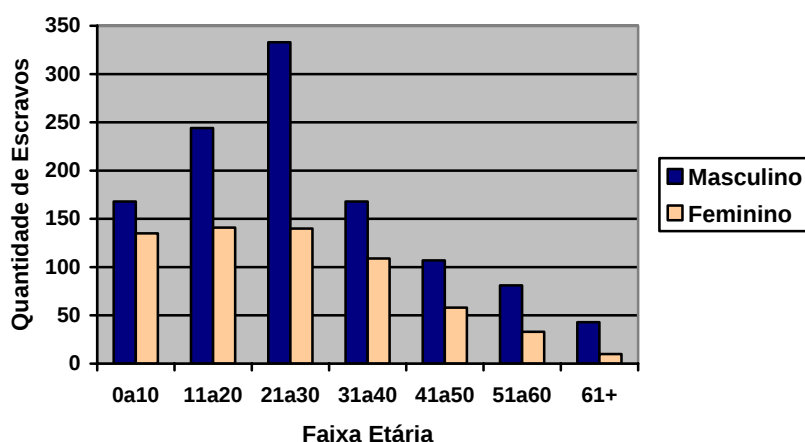
A predominância de homens no tráfico africano de escravos parece ter sido devida a dois fatores básicos, ...a tendência, na África, da venda de mulheres para os próprios africanos ou para o tráfico com o Oriente, (a mulher era mais valorizada, nos padrões africanos e Orientais, pela sua possibilidade de procriação), o que diminuía a oferta para outros mercados, e a preferência dos senhores, no Brasil, por homens plenamente produtivos.³⁶

A razão entre os sexos não se mostrou tão desproporcional como nas regiões, nas quais a produção destinava-se ao abastecimento do mercado externo, que poderia chegar a três homens para cada mulher, como vimos na citação de Sheila Faria. Todavia a razão entre os sexos revelou-se também desproporcional, chegando a quase dois escravos homens para cada escrava.

As faixas etárias dos escravos são importantes instrumentos de análise, pois nos permitem verificar a idade dos plantéis e quais as implicações que giram em torno destes dados. Por exemplo, se o plantel possui um número muito elevado ou superior de escravos nas idades menos produtivas, acima de 50 anos, isso pode ser indicativo de uma economia decadente, e no outro extremo - um contingente significativo de cativos nas idades de 0 a 10 - pode apontar para uma reprodução natural de escravos. O gráfico abaixo visa, justamente, descortinar quais eram os padrões etários dos plantéis com dez ou mais cativos da freguesia de Guarapiranga.

³⁶FARIA, Sheila de Castro. Op.cit.p.295.

Faixa Etária do Plantel Escravo dos proprietários de 10 ou mais cativos da Freguesia de Guarapiranga por sexo



Fonte: Lista nominativa, 1831-32

Este gráfico evidencia que a população escrava dos grandes e médios plantéis esteve concentrada nas faixas de idade consideradas plenamente produtivas, entre 11 e 50 anos.³⁷ Esta concentração fica mais densa, quando pensamos nas faixas de idade entre 11 a 20 e 21 a 30. Verifica-se que dos 1762 escravos, 858, ou, 48,7 % tinham idade entre 11 e 30 anos. Desta maneira, constatamos que os plantéis em questão são jovens, seus escravos, em sua grande maioria, estavam em idades plenamente produtivas, sendo que apenas 9,5 % dos escravos possuíam idades acima dos 50 anos. É bastante evidente que o contingente escravo não estava em vias de decadência, mas sim tendendo ao crescimento, se não, ao menos para a reposição da mão de obra.

Outro fato que é possível perceber através do gráfico, e que está diretamente relacionado à reposição de mão de obra cativa, é a quantidade de escravos entre as primeiras idades, de 0 a 10 anos. Vemos que 17,2% dos escravos estavam dentro desta faixa. Este total pode ser um forte indício de uma reprodução endógena de cativos, o que poderia contribuir para a manutenção da população escrava. Para a confirmação deste fato é preciso que verifiquemos a existência ou não de escravos africanos dentro desta faixa de idade, e, se existirem, quais foram os seus percentuais. Entretanto, é bem provável que a quantidade de africanos nesta faixa fosse muito ínfima, uma vez que o gráfico demonstra que é entre os 0 e 10 anos que há uma maior proporção entre os sexos. Se pensarmos que a desproporção entre

³⁷ Clotilde Paiva e Douglas Libby adotaram como parâmetro para indicar as faixas etárias mais produtivas da população escrava as idades entre 15 e 49 anos, ver pagina 223. Em nosso trabalho incluímos entre as faixas produtivas os escravos a partir dos 11 anos, uma vez que a análise preliminar da lista revelou-nos a presença de escravos africanos dentro desta faixa de idade.

os sexos é inversamente proporcional à quantidade de cativos brasileiros, podemos chegar a conclusão de que há uma tendência a confirmação de reprodução natural.

Conclusão:

Por meio das pesquisas que temos desenvolvido a respeito da freguesia de Guarapiranga na primeira metade do século XIX – mais especificamente sobre a elite local e suas características sócio-econômicas – percebemos que a produção agrícola, sobretudo a da cana de açúcar, era a atividade econômica primordial nas primeiras décadas do século XIX, senão de toda a freguesia, pelo menos dos grandes proprietários de terras e escravos. Isso não significa que tenha sido a única, já que, mesmo dentro de uma única unidade agrária, pudemos perceber a coexistência de atividades agropastoris, de extração mineral e, também, atividades proto-industriais, majoritariamente a tecelagem. Geralmente, os inventários *post-mortem* destes grandes proprietários traziam no arrolamento dos bens propriedades territoriais equipadas com bens de produção voltados para o beneficiamento da cana, como engenhos movidos a força animal ou a água e alambiques. A mão-de-obra escrava era a base do funcionamento destas propriedades, empregada não apenas na produção da cana de açúcar, mas também em outras atividades desenvolvidas nas fazendas, como carregamento e transporte de cargas, extração de minerais, tecelagem, fabrico de ferramentas, entre outras.

Bibliografia

COSTA, Iraci del Nero. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo: IPE/USP; 1979.

COSTA FILHO, Miguel. *A cana-de-açúcar em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1963.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento – fortuna e família no Cotidiano Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 23ª. Ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1989.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. *Riqueza e escravidão: vida material e população no século XIX – Bonfim do Paraopeba/MG*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

MARTINS, Roberto Borges. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Cedeplar, 1980.

_____. Minas Gerais no século XIX: tráfico e apego à escravidão em uma economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, 13(1), 1983.

PAIVA, Francisco Eduardo de. *Entre a roça e o engenho: Roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Viçosa: Ed. UFV, 2008.

PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas Cole. *Caminhos Alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no Século XIX*. *Estudos Econômicos*; São Paulo, v.25, n. 2, p. 217.

PRADO Jr., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 20ª. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos do IFCH/Unicamp*, Campinas, 17, 1985.

TEIXEIRA, Maria Lucia Rezende Chaves. *Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes: o Distrito da Lage e o Quarteirão do Mosquito*. São Paulo: Annablume; Coronel Xavier Chaves: Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves, 2006.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Paracatu: movimentos migratórios no século XVIII*. Relatório de Pesquisa.